

UMA ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO REPUBLICANA EM PAÍSES AFRICANOS E AMERICANOS

AN ANALYSIS OF REPUBLICAN CONSTRUCTION IN AFRICAN AND AMERICAN COUNTRIES

Andrea Helena Petry Rahmeier¹
Kelly Herrmann Meira²
Leonardo da Silva Souza³
Poliana Klippel Inácio⁴
Samara Cardoso de Andrade⁵

RESUMO

Esta pesquisa busca construir o conceito de República e exemplificá-lo com países africanos e americanos. Para isto, investiga a definição desse conceito e alguns correlatos, utilizando-se de bibliografia atualizada e do dicionário de conceitos políticos de Norberto Bobbio. O conceito em questão foi exemplificado e aprofundado, apresentando 4 exemplos de unidades federativas que não são tão próximas geograficamente e nem de amplo conhecimento geral. Em cada país analisado, destacamos aspectos políticos e geográficos, bem como foi possível a construção em conjunto, uma vez que os países se interligam, seja por contextos de continente (geográfico), ou por histórias coloniais que se relacionam e se completam, ao mesmo tempo em que se distanciam por questões políticas. Nosso método de pesquisa foi a estruturação do conceito de República e sua análise nos referidos países pesquisados, observando que existem repúblicas presidencialistas, parlamentaristas e semipresidencialistas.

Palavras chave: República; Monarquia; Democracia; Países.

ABSTRACT

This research seeks to build the concept of Republic and exemplify it with African and American countries. To do this, it investigates the definition of this concept and some correlates, using updated bibliography and Norberto Bobbio's dictionary of political concepts. The concept in question was exemplified and deepened, presenting 4 examples of federative units that are not so close geographically and not widely known. In each country analyzed, we highlighted political and geographical aspects, as well as how it was possible to build together, since the countries are interconnected, whether through continental (geographical) contexts, or through colonial histories that relate and complement each other, at the same time as they distance themselves due to political issues. Our research method was the structuring of the concept of Republic

¹ Dr^a em História pela PUC/RS, professora da FACCAT, e-mail: andrearahmeier@faccat.br

² Graduanda em Letras pela FACCAT, e-mail: kellyherrmann6.kh@sou.faccat.br

³ Graduando em História pela FACCAT, e-mail: leonardosilvasouza@sou.faccat.br

⁴ Graduanda em História pela FACCAT, e-mail: polianaklippel@sou.faccat.br

⁵ Graduanda em Letras pela FACCAT, e-mail: samaracandrade2003@sou.faccat.br

and its analysis in the aforementioned countries researched, observing that there are presidential, parliamentary and semi-presidential republics.

Keywords: Republic; Monarchy; Democracy; Countries.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do semestre de 2024/2, ocorreu a disciplina de História do Tempo Presente, para os cursos de Licenciatura em História e Letras das Faculdades Integradas de Taquara (Faccat). Nela, estudamos os conceitos de República, Monarquia, Democracia, Presidencialismo, Parlamentarismo e Semipresidencialismo, segundo as definições de Bobbio, presentes no Dicionário de Política, instrumento principal para dar início às pesquisas.

Cada aluno ficou responsável por analisar um país, observando como os conceitos podem ser percebidos em cada território, pontuando, ainda, características únicas do respectivo governo. Este artigo apresenta parte das discussões feitas em aula e exemplifica, detalhando 2 países da América Central e 2 países da África, os conceitos estudados e como eles podem ser percebidos de formas distintas em cada governo, tendo como objetivo principal a compreensão e a análise das diferenças encontradas em cada país, mesmo quando denominados como repúblicas, percebendo que o governo pode ser ditatorial ou democrático.

O trabalho foi estruturado inicialmente apresentando o conceito de República e suas nuances. Posteriormente, introduzimos o território americano e analisamos 2 países da América Central: El Salvador e Guatemala, segundo o conceito desenvolvido neste artigo. Na sequência, apresentamos brevemente o continente africano e os 2 países no que tange à questão republicana. Por último, fizemos considerações finais, observando as proximidades históricas e conceituais dos países estudados.

2 A REPÚBLICA E SUAS NUANCES

O conceito de República, nos dias atuais, surgiu, inicialmente, como um conceito que se contrapõe diretamente ao de Monarquia, uma vez que o poder é exercido por alguém eleito de forma direta ou indireta, por meio de uma votação. Na Monarquia, o direito constitucional do poder é passado de geração em geração,

sempre levando em consideração a hereditariedade e a vitalidade como base sustentativa dessa forma governamental. Outro fator relevante dentro de uma República é a vontade popular que, em termos gerais, deve permanecer sempre, garantindo a escolha feita pela grande maioria (BOBBIO, 2008).

A República pode ser dividida em três formas. Um governo presidencialista, ou seja, um modelo republicano em que não existe a ideia de parlamento, mas sim o executivo formado pelo presidente, e o legislativo formado por pessoas eleitas para fazer as leis. Já a república parlamentarista, conta com um governo executivo, exercido pelo primeiro-ministro eleito pelo parlamento (poder legislativo). A terceira forma é a república semipresidencialista que é formada por um primeiro-ministro que administra o país e um presidente que, geralmente, tem um papel mais diplomático (BOBBIO, 2008).

A República pode ser democrática ou não. Precisamos frisar que são conceitos diferentes, uma vez que se entende que nem toda república é democrática. Um regime democrático estabelece um conjunto de regras para que decisões coletivas sejam tomadas e, assim, abranger o máximo de pessoas possíveis. As principais, como apontado por Norbert Bobbio (2008), são eleições recorrentes com mais de um partido, constituição e liberdade de expressão. Um regime democrático pode e deve ter conflitos sociais, mas que são resolvidos com métodos não violentos. Um sistema de normas democrático protege o Estado de aspirações antidemocráticas (BOBBIO, 2008).

Contrária à Democracia temos a Ditadura. Essa tem como característica a subversão das normativas presentes, sem prazo de vigência preestabelecido. Ocorre, principalmente, quando há concentração de poder em uma pessoa ou grupo, que ultrapassa as leis vigentes e as modifica para que sejam coniventes com os próprios propósitos (BOBBIO, 2008).

2.1 Na América

O continente americano corresponde a 28,5% de toda a área terrestre do planeta e tem 36 países dos 195 que existem no mundo. Atualmente, na América, a maioria dos países são republicanos. Um país monarquista é o Canadá que está

subordinado ao rei do Reino Unido (mais conhecido como rei inglês) e diversas ilhas que ainda são colônias de territórios europeus, principalmente na América Central.

A América tem uma longínqua história com diversos povos nativos que criaram grandes impérios, como os Incas, os Maias e os Astecas, e tantas outras formas de governo, desde cidades-estado até aldeamentos. Neste artigo, propomo-nos a analisar o período atual, mas, para entender um pouco mais, precisamos lembrar que, a partir de 1492 e 1500, os espanhóis, portugueses e outros povos europeus iniciaram a ocupação e dominação de todo o continente americano, transformando-o em colônias europeias. A maior parte da América do Sul e Central pertenceu ao império espanhol; uma das poucas exceções foi o Brasil que era colônia portuguesa.

Esse processo de dominação europeia teve fim com o início das independências na América. O primeiro território independente foi os Estados Unidos da América, em 1777, que deixou de ser colônia do império inglês. Na sequência, o Haiti, em 1791, através da liderança e desenvolvimento de um grupo de pessoas escravizadas. Esses dois movimentos desencadearam a independência de vários outros países, inclusive do Brasil, em 1822, que se tornou independente de Portugal, mas que, naquele momento, manteve a forma monárquica de governo. O último país que se tornou independente foi o Panamá, em 1903. Do domínio espanhol surgiram a maioria dos países americanos, principalmente na América Central e do Sul. Para este artigo, poderíamos analisar diversos países da América, mas optamos por analisar exemplos de países republicanos da América Central, pois sobre eles, muitas vezes, não temos informações de fácil acesso e confiáveis. Com a finalidade de uma maior compreensão do espaço geográfico em questão, colocamos um mapa (Figura 1) da América Central, destacando El Salvador e Guatemala, que são países que analisaremos na sequência.

Figura 1 - Mapa da América Central



Fonte: Google Maps (2024).

2.1.1 Na República de El Salvador

El Salvador, com nome oficial de República de El Salvador. Sua localização é ofuscada por conta de territórios maiores que o cercam, como Honduras e Guatemala. É o único da região que não tem o seu litoral banhado pelas águas do Caribe, mas sim, pelo oceano Pacífico. El Salvador é um país que pode passar despercebido aos olhos de quem observa um mapa, com uma extensão territorial de 21.041 km², como observado na Figura 1. Entretanto, é um local bastante populoso, com cerca de 6.163.050 habitantes, de acordo com dados de 2022, o que equivale a 292 habitantes por km². Sendo um dos países colonizados por espanhóis, El Salvador tornou-se independente da Espanha, em 1821, entretanto, ainda estava unido ao México, do qual se dissociou apenas em 1856.

O sistema de governo da República de El Salvador, como o nome sugere, constitui-se de uma república presidencialista, uma vez que possui uma constituição estabelecida, com leis e eleições governamentais, além de contar com um presidente à frente das decisões. Nayib Bukele, presidente de El Salvador, está vivendo seu segundo mandato, liderando o país por mais 5 anos (mesmo que a reeleição vá contra a constituição do país), uma vez que “eliminou” a oposição e alcançou mais de 85% dos votos, além de conquistar também quase todo o Congresso, com aprovação de 54 dos 60 membros.

Considerando essa realidade, é possível notar uma quebra na democracia do país, uma vez que, segundo Bobbio (2008), para uma nação ser democrática, é necessário que haja um legislativo que fiscalize as leis do país - o que não ocorre no momento em que o atual presidente vai contra a constituição e busca uma reeleição.

Bukele mostra-se muito popular e ativo nas redes sociais, com frequentes piadas sobre aqueles que afirmam que seu governo é uma ditadura; mesmo assim, sua popularidade tem aumentado, isso graças às suas políticas de “punhos de ferro” contra gangues e criminosos, buscando, a todo custo, maior segurança e tranquilidade, mesmo que isso signifique 80 mil pessoas detidas sem ordem judicial - o que, infelizmente, é uma realidade no país (Lucena, 2024).

2.1.2 Na República da Guatemala

A Guatemala é um país localizado na América Central (Figura 1); possui uma rica história e cultura, além de uma diversidade geográfica e étnica notável. Foi colônia espanhola até 15 de setembro de 1821, quando se tornou independente e estabeleceu-se como uma república, em contraponto à Espanha, que se mantivera como monarquia. Com uma extensão territorial de 108.889 km², o país apresenta um clima tropical. Sua capital, a Cidade da Guatemala, é um centro político e econômico vibrante. Economicamente, o país possui um PIB de 33.432 milhões de dólares, com um PIB per capita de 2.504 dólares. O quetzal é a moeda oficial. O país é membro de diversas organizações internacionais, como o Banco Mundial, FMI, Grupo do Rio, OEA, OMC e ONU, buscando fortalecer suas relações comerciais e diplomáticas.

Politicamente, a Guatemala é uma república presidencialista, com César Bernardo Arévalo de León como presidente (2024). Sua divisão administrativa compreende 22 departamentos, cada um com suas particularidades. A população guatemalteca, estimada em 14.026.947 habitantes, apresenta uma rica diversidade étnica, com eurameríndios (56%), ameríndios (41%) e chineses (3%) como os principais grupos. Também pode ser descrita como uma república unitária, isso quer dizer que o governo executivo está centrado nas mãos do presidente. Como a imensa maioria dos países latino-americanos, a Guatemala posiciona-se como uma república capitalista, defendendo interesses privados e públicos, mas centrada em uma política liberal de governança, de acordo com Filho (2018).

Apesar de possuir uma democracia frágil, o país experimenta um regime democrático, com participação popular de todas as camadas, e com um poder descentralizado, desde o ano de 1985, somado à criação do Sistema de Conselho de Desenvolvimento. Desde então, acontecem eleições diretas para presidente, deputados, prefeitos e vereadores, com mandatos organizados dentro de 4 anos. Por muito tempo, a Guatemala seguiu uma linha de governo que não incluía as camadas populares em sua integração geral de participação das eleições, construindo um governo autoritário e não democrático. Graças aos esforços populares de 1985, tem conseguido manter a democracia em funcionamento no país, pois existe uma constituição que garante legalmente esse direito, segundo o Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe (2017).

2.2 Na África

O continente africano corresponde a 20,4% de toda a área terrestre do planeta, e possui 54 países dos 195 que existem no mundo. A África, historicamente, é o continente onde surgiu o ser humano e dali se espalhou pelo mundo. Como normalmente a história é contada, no ocidente, através do olhar europeu, ou melhor, centralizada no olhar europeu, conta-se a história desse continente somente após as grandes navegações, no século XV, mas ela é riquíssima, todavia, esse não é o foco deste artigo, então não iremos aprofundar esse aspecto. Para esta produção, é importante informar que, atualmente, na África, temos somente três países que se constituem em uma monarquia: Marrocos, Lesoto e Eswatini, os demais são repúblicas.

Contudo, para entender as repúblicas africanas, precisamos ter em mente que o continente africano fez parte de um movimento imposto pelos europeus no final do século XIX, chamado de neocolonialismo ou imperialismo, isto é, quando na América estavam consolidadas as independências do domínio europeu. Tanto a África quanto os africanos reagiram de diversas formas a esse colonialismo, desde as primeiras décadas de XX, porém, foi somente após a Segunda Guerra Mundial, através de movimentos organizados, que as metrópoles foram pressionadas a promoverem as independências de seus países.

O primeiro país foi a Libéria, em 1947. A insatisfação do povo africano foi expressa por meio de revoltas, levantes e movimentos, mas não colocaram em risco o funcionamento global do sistema de exploração. As manifestações religiosas canalizaram a insatisfação coletiva e se tornaram veículos de resistência social. Os movimentos messiânicos de matriz muçulmana e de matriz cristã foram os mais frequentes. A mudança promovida pelas guerras foi profunda e alterou a imagem de superioridade construída pelo europeu.

O último país africano a ser independente foi a Eritreia, em 1993. Para este artigo, usaremos o exemplo de Angola e Moçambique, países que foram dominados pelos portugueses e depois se tornaram repúblicas. Novamente, com o objetivo de uma maior compreensão do espaço geográfico em questão, colocamos um mapa da África (Figura 2), destacando Angola e Moçambique, que são os países que analisaremos a seguir.

Figura 2 – Mapa da África



Fonte: Google Maps (2024).

2.2.1 República de Angola

Angola é um país do continente africano que se situa na zona intertropical da África Austral, conforme o mapa da figura 2, banhado pelo Oceano Atlântico Sul. Para compreender a atual situação política e econômica do país, devemos considerar que sua história de país independente é relativamente nova. A independência ocorreu em 1975, ano em que deixou de ser colônia de Portugal e, posteriormente, passou, até 2002, por uma Guerra Civil, que teve como causa a desintegração do governo provisório e de transição, formado pela Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), pelo Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) e pela União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita) e a chegada ao poder do MPLA, com o auxílio direto da União Soviética, em pleno período de Guerra Fria. Isso gerou a reação de outros países, principalmente dos EUA.

Para definir o estado político de Angola, deve-se levar em conta que, em 1975, após a conquista de sua independência e com a chegada do MPLA ao poder, a música popular tornou-se uma das ferramentas de legitimação política e ideológica do movimento e da construção de um projeto nacional para Angola. Vários compositores contribuíram, compondo temas relacionados à causa nacionalista (ALVES, 2013, p. 385).

Para alguns estudiosos, o país não é considerado uma democracia; Fernando Macedo, professor na Universidade Lusíada de Luanda, afirma que o fim da guerra foi o principal ganho para o país, porém, reconhece que nesses últimos 20 anos, o regime criou "um sistema eleitoral autoritário". Para o professor, houve ganhos com o fim da Guerra Civil, como o término da violência entre os UNITA e MPLA, porém, no sistema dessa República Presidencialista, a democracia não é de fato colocada em prática. Mesmo com posições válidas de discussão a fatos ocorridos nos últimos anos, o mesmo grupo vem sendo promovido ao poder, o que se caracteriza como um governo não democrático.

Pode-se observar que esse país, que tem 50 anos, ainda está desenvolvendo sua identidade nacional. Os domínios de Portugal, a influência que os EUA e países europeus tiveram na região ainda têm impacto na economia, que é essencialmente dependente do petróleo, uma vez que a exploração e a comercialização desse recurso representam mais da metade do PIB. Mesmo estando entre as maiores economias da

África, segundo o *World Economic Outlook*, FMI (2024), o país ainda sofre com problemas estruturais, como desigualdade econômica, cultural e política, que passa pelos interesses econômicos nas relações que foram se formando, após a Segunda Guerra Mundial em um mundo mais globalizado.

2.2.2 Em Moçambique

A República de Moçambique, conhecida normalmente apenas como Moçambique, é um país localizado no continente africano. Como se pode observar na figura 2, o país é banhado pelo Oceano Índico e faz divisa com mais 5 países do continente africano, como: Tanzânia, Malawi, Zâmbia, Zimbábue e África do Sul; também é próximo de Madagascar, ficando mais a sudeste deste enorme continente.

Esse país apresenta dez províncias, sendo elas: Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Tete, Zambézia, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza, e a sua capital é a cidade de Maputo. Ademais, também já foi colônia de Portugal (1498 - 1975), por isso seu principal idioma é o português, no entanto, ainda há circulação de outras línguas nativas como: cicopi, cinyanja, cinyungwe, cisenga, cishona, ciyao, echuwabo, ekoti, elomwe, gitonga, maconde (ou shimakonde), kimwani, macua (ou emakhuwa), memane, suaíli (ou kiswahili), suazi (ou swazi), xichanga, xironga, xitswa e zulu. Essas informações podem ser conferidas pela Confederação das Associações Econômicas de Moçambique (CTA), confirmando que seu sistema político é considerado, atualmente, uma Democracia Multipartidária.

Levando em conta mais algumas características presentes nesse país, há vários anos que a região oscila entre os índices de extrema pobreza e possui um dos menores IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do mundo, já que ao longo da sua luta pela independência de Portugal, seus sistemas de governo mudaram muito no decorrer dos anos, permanecendo em estado de transição por muito tempo após sua independência. Inclusive, como explica Bobbio (2008) em sua obra, o país africano permaneceu muito tempo sendo colônia de Portugal que explorou a região de diversas formas. Tanto é que Moçambique destacou-se junto a outros países do continente africano, como Angola, Argélia, Guiné-Bissau e Zimbábue, por acabar com o colonialismo através da luta armada e livrar-se de todas as imposições de seus

colonizadores, incentivados pelo nacionalismo, principalmente porque isso ocorreu nos últimos anos.

Esse país apresenta grandes dificuldades para definir seu sistema de governo. Historicamente falando, essa região apresentou muita resistência ao colonialismo. No entanto, em 1975, Moçambique conseguiu se desvincular de Portugal e pôde escolher sua própria forma de governo. Primeiramente, o país tentou tornar-se um Estado Único, mas, infelizmente, por conflitos civis, foi buscada, novamente, uma outra forma de governo, dividindo o país em províncias autárquicas que são, segundo o Conselho Nacional do Ministério Público (2024):

É o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

Ou seja, possuíam seus próprios representantes, que deveriam se reportar ao Chefe de Estado, que era a instituição de onde o capital era dividido para elas. O país era classificado como república presidencialista, porém, com os grandes conflitos ainda persistentes sobre territórios, influenciados historicamente por regimes mais tradicionais e outros mais revolucionários e o grande aumento de novos partidos, o país passou por modificações, tornando-se uma república semipresidencialista - que, segundo Bobbio, é um tipo de República que acrescenta, junto ao presidente, um primeiro-ministro.

De acordo com o professor universitário de Moçambique (CISTAC, 2012):

A descentralização é, por natureza, um processo e, como qualquer processo social, o elemento temporal desenvolve um papel importante na estruturação progressiva da sua dinâmica. O processo de descentralização é ainda jovem em Moçambique e terá ainda necessidade do apoio do Estado. O Estado deve medir os efeitos da descentralização - processo que ele próprio empreendeu - e estar consciente do grande potencial criativo que este processo pode gerar.

Por isso, atualmente o seu presidente é Filipe Jacinto Nyusi - do partido Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), e o Primeiro-Ministro é Adriano Afonso Maleiane - do mesmo partido já citado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os quatro países aqui representados demonstram que, ao abordarmos o conceito República, faz-se necessário perceber que existem particularidades que diferenciam umas das outras. Todavia, em todas elas, a república está estruturada em contraposição à monarquia.

No tangente à América, precisamos perceber que a maioria dos países do continente tem mais de 150 anos de independência, de construção da sua identidade e da sua forma de governo. Isto é, o território americano tem um histórico de se auto-administrar há mais de 150 anos, tendo uma caminhada com altos e baixos. Percebemos que a Guatemala e El Salvador, que têm mais de um século de trajetória como países independentes, solidificaram uma república presidencialista, mas estão com dificuldades em manter a democracia. El Salvador, como apresentado, tomou atitudes ditatoriais para se manter no poder. A Guatemala teve atitudes autoritárias, e a democracia do país está sendo consolidada desde 1985, isto é, 40 anos, e algumas vezes, esse posicionamento se mantém.

Na África, alguns países deixaram de ter dominação europeia nos últimos 30 anos. Mesmo os países como a Libéria, que passou a ser autogestor, em 1947, só podemos dizer que é uma caminhada de um pouco mais de 50 anos. Moçambique e Angola foram colonizados por Portugal e ambos iniciaram sua independência em 1975, quer dizer, em 2025 farão 50 anos de independência por um processo muito doloroso de guerra civil; então, estão estruturando suas formas de governo e vivendo tempos de paz com a colônia, mas nem sempre em paz interna. Angola tem um governo presidencialista, mas com dificuldades em manter uma democracia. Moçambique assumiu o semipresidencialismo como forma de governo, pois instituiu presidente e primeiro-ministro. Esta ação foi uma tentativa de fortalecer a democracia.

Todos os países analisados têm como forma de governo a república, mas o sistema muda, El Salvador, Guatemala e Angola são presidencialistas e Moçambique é semipresidencialista. Os 4 países tiveram problemas para serem democráticos: Moçambique, em 1985, retomou o cargo de primeiro-ministro em uma tentativa de tornar mais confiável o processo. Todavia, somente o transcurso dos anos em qualquer regime, para efetivar ou manter a democracia, pois ela depende das pessoas que estão no governo e da participação de toda a população.

REFERÊNCIAS

ALVES, Amanda Palomo. Angola: musicalidade, política e anticolonialismo (1950-1980). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 373 - 396. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/10/1838761>. Acesso em: 20 out. 2024.

BOBBIO, Norberto *et al.* **Dicionário de Política**. 12. ed., v. 2. Brasília: UnB, 2008.

CISTAC, Gilles. **Moçambique**: Institucionalização, organização e problemas do poder local. Lisboa, abril de 2012. Disponível em: <https://biblioteca.unisced.edu.mz/bitstream/123456789/2915/1/Recursos%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20abertos%20%281%29.pdf>. Acesso em: 19 out. 2024.

CONFEDERAÇÃO das associações económicas de Moçambique. **Perfil do País**. Disponível em: <https://cta.org.mz/>. Acesso em: 19 out. 2024.

CONSELHO nacional do ministério público; Glossário: Autarquia, Brasília, maio 2009. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/>. Acesso em: 19 out. 2024.

FILHO, Aloysio Nunes Ferreira. **Mensagem Nº 423, enviada ao Senado Federal**. 2018. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7823842&disposition=inline>. Acesso em: 19 de out. 2024.

INTERNATIONAL monetary fund, 2024. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Countries/AGO>. Acesso em: 20 out. 2024.

LUCENA, André. Populista e autoritário: quem é Nayib Bukele, presidente reeleito de El Salvador. **Carta Capital**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/populista-e-autoritario-quem-e-nayib-bukele-presidente-reeleito-de-el-salvador/>. Acesso em: 15 out. 2024.

OBSERVATÓRIO DE IGUALDADE DE GÊNERO DA AMÉRICA LATINA E CARIBE. 2017. Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt/paises/14/system>. Acesso em: 16 out. 2024.

RIBEIRO, Neidy. **Entrevista RFI 04/04/2022**. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/programas/convidado/20220404-angola-regime-n%C3%A3o-criou-uma-democracia-mas-um-sistema-autorit%C3%A1rio>. Acesso em: 20 out. 2024.